

## Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia (PNOA): aportes metodológicos, resultados e reflexões

*National Survey on Occupation in Archival Science: methodological contributions, results and reflections*

**Francisco Alcides Cougo Junior**

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Arquivologia, Campus Sede, Avenida Roraima, 1000, Camobi, Santa Maria/RS, francisco.cougo@ufsm.br

### **Resumo**

O trabalho tem como objetivo apresentar os principais aportes metodológicos e resultados obtidos pela Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia (PNOA), projeto desenvolvido entre 2018 e 2021. A investigação consistiu em um levantamento sistemático de dados sobre a empregabilidade de profissionais vinculados à Arquivologia no Brasil. Originalmente, o projeto buscou mensurar e analisar a ocupação na área em toda a sua completude. Entretanto, em virtude da opacidade sobre parte importante dos dados sobre o mercado de trabalho no país – sobretudo na administração pública –, em um primeiro momento só foi possível obter registros sobre dois conjuntos importantes da população de trabalhadores vinculados à Arquivologia no cenário nacional: os servidores do Poder Executivo Federal e os empregados formais “celetistas”. A partir dos dados apurados, o trabalho elenca informações a respeito destes dois grupos, analisando nove variáveis relacionadas aos 973 profissionais lotados em diferentes cargos do Executivo Federal e doze categorias vinculadas às ocupações de “arquivista” e “arquivista de documentos” que, em novembro de 2016 (recorte temporal da pesquisa), totalizavam 25.168 trabalhadores. A partir de dados como a distribuição geográfica, a remuneração média e o grau de instrução destes profissionais, esboçou-se um perfil elementar sobre a ocupação em Arquivologia no Brasil, resultado importante, tanto em relação ao necessário conhecimento da área sobre sua própria atuação, quanto para o mapeamento das potencialidades e fragilidades inerentes à importância dos recursos humanos para a implementação de políticas públicas arquivísticas no país.

**Palavras-chave:** ocupação; empregabilidade; mercado de trabalho; arquivistas; técnicos de arquivo.

### **Abstract**

The paper aims to present the main methodological contributions and results obtained by the National Survey on Occupation in Archival Science, a project developed between 2018 and 2021. The research consisted of a systematic survey of data on the employability of professionals linked to Archival Science in Brazil. Originally, the project sought to measure and analyze the occupation in the area in all its completeness. However, due to the opacity of much of the data about the labor market in the country - especially in public administration - it was only possible, at first, to obtain records on two important groups of the population of workers related to Archival Science in the national scenario: the employees of the Federal Executive Branch and the formal employees. From the data collected, the paper lists information about these two groups, analyzing nine variables related to the 973 professionals in different positions in the Federal Executive Branch and twelve categories linked to the occupations of "archivist" and "document archivist", which, in November 2016 (the time frame of the

research), totaled 25,168 workers. From data such as geographic distribution, average remuneration and level of education of these professionals, it was possible to outline an elementary profile of the occupation of Archival Science in Brazil, an important result, both in relation to the necessary knowledge of the area about its own performance, and for the mapping of the potentialities and weaknesses inherent in the importance of human resources for the implementation of archival public policies in the country.

**Keywords:** occupation; employability; labor market; archivists; records manager.

## 1 INTRODUÇÃO

As profissões de arquivista e técnico de arquivos foram oficialmente regulamentadas no Brasil em 4 de julho de 1978, através da Lei Federal nº 6.546, sancionada pelo ditador-presidente Ernesto Geisel. Até então, diferentes denominações eram empregadas para designar os ofícios vinculados à arquivística no país. No âmbito público, inclusive, ainda prevalecia a divisão entre arquivistas e arquivologistas, estabelecida por legislação correlata nos anos 1940 (RIDOLPHI; GAK, 2017). Como constata Melo (2004), o reconhecimento profissional impulsionou a criação de cursos de formação em Ensino Superior e a ampliação de vagas na administração pública, mas é difícil quantificar seu impacto para o mercado de trabalho. Levantamentos realizados por Souza (2011) e Ridolphi (2016) identificaram, respectivamente, 1.377 e 2.196 arquivistas registrados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas tais dados — embora relevantes — não são capazes de precisar sequer o grau mínimo de empregabilidade na área.

Visando contribuir para a amplificação do conhecimento sobre a ocupação vinculada à Arquivologia, entre setembro de 2018 e maio de 2021 desenvolvemos a Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia (PNOA). O projeto realizou um levantamento sistemático e quantitativo sobre a situação ocupacional de profissionais diretamente vinculados à Arquivologia no Brasil. A partir de bases de dados públicas, foram identificados 26.141 trabalhadores ocupantes de funções relacionadas à área no recorte temporal referente ao mês de novembro de 2016. Ademais, o projeto tabulou e analisou os principais dados disponíveis da população identificada, visando estabelecer os traços gerais do perfil socioeconômico da mesma. A pesquisa foi desenvolvida por uma equipe integrada por sete investigadores — o coordenador e seis participantes em nível de iniciação científica [1].

A partir do panorama geral obtido pela investigação, o presente trabalho busca discutir os aportes teórico-metodológicos que fundamentaram a pesquisa e os resultados finais do projeto. O objetivo central é, neste sentido, refletir sobre as possibilidades, os obstáculos e os limites da Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia, bem como reunir

analiticamente — e de forma ampla — seus principais resultados. O trabalho justifica-se pela necessidade de dar amplitude aos importantes dados reunidos pelo projeto, provocando a comunidade arquivística a refletir sobre eles e a ampliá-los em investigações futuras.

## **2 NOS BASTIDORES DA PESQUISA: POTENCIALIDADES E LIMITES METODOLÓGICOS**

A Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia surgiu a partir de uma interrogação pendente de quase duas décadas: quantos são, afinal, os arquivistas e técnicos de arquivo atuantes no Brasil? A pertinente questão foi trazida à tona em 2002, em forma de sugestão, no voto do relator do Projeto de Lei nº 5.613, que propunha a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Arquivologia no país. À época, o PL foi rejeitado sob o argumento de que, embora arquivistas e técnicos de arquivos pudessem ser reconhecidos como “essenciais à gestão, conservação e recuperação de documentos”, não havia “bases concretas para se decidir quanto à necessidade dos órgãos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS *apud* SOBRAL; LESSA, 2020). O relator do projeto sugeriu então que “um estudo prévio sobre o número de profissionais técnicos e com formação superior, atuantes ou não, bem como sua distribuição geográfica no território nacional” fosse realizado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 2).

Acontece que o complexo levantamento sugerido pelo deputado não chegou a ser efetivado. Para além de uma iniciativa censitária, promovida pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), em 2018, a provocativa sugestão teve sua consecução comprometida, em especial, graças a três entraves centrais: a) a corporação não conta com um organismo regulador de suas atividades (conselho profissional); b) o associativismo de arquivistas e técnicos de arquivo no Brasil é regionalizado e fragmentário e; c) não há um cadastro geral sobre o exercício das profissões no país.

Diante de tais obstáculos, o primeiro desafio de ordem metodológica enfrentado pela PNOA foi justamente localizar e obter dados confiáveis a respeito das ocupações vinculadas à Arquivologia no Brasil. Em um primeiro momento, a pesquisa buscou então sistematizar as principais bases responsáveis por congregar dados sobre a atividade laboral no país – tanto na administração pública, quanto na iniciativa privada. Convém salientar que o projeto partiu da premissa de que todos os dados a serem reunidos e analisados deveriam ser obtidos junto a tais bases, evitando-se assim iniciativas de caráter censitário e/ou auto declaratório (já levadas à cabo por iniciativas anteriores e muito limitadas em seus resultados).

Inicialmente, duas grandes fontes de dados públicos foram identificadas enquanto

potencialmente úteis à pesquisa: o *Portal da Transparência* do Governo Federal, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU); e o Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), albergado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, hoje Ministério do Trabalho e Previdência). Na primeira base, identificamos os dados reunidos sob a denominação “Servidores Cíveis e Militares do Executivo Federal”, um compilado de oito planilhas contendo registros de 791.091 servidores públicos federais, divididos em 76 categorias diferentes. Na segunda base, selecionamos os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), reunião de 14 categorias diferentes de dados sobre cerca de 40 milhões de trabalhadores. Cabe ressaltar que a escolha da RAIS — e não do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se deu em virtude da completude dos dados reunidos por aquela base.

É pertinente salientar que a seleção destas duas importantes bases de dados sobre a empregabilidade de profissionais vinculados à Arquivologia no Brasil permitiu vislumbrar uma vasta quantidade de registros fundamentais para a pesquisa, mas também interpôs os maiores obstáculos da investigação. Primeiro, porque constatou-se que a facilidade de obtenção de dados compilados do Governo Federal é exceção — e não a regra; segundo, porque pode-se ver que os ofícios vinculados à Arquivologia no país são tão diversos, quanto contraditórios. Durante a investigação, foram encontrados inúmeros entraves para a identificação destes profissionais em âmbitos da administração pública diferentes do Poder Executivo Federal. Os governos estaduais, por exemplo, não possuem um padrão para a disponibilização de dados a respeito de seus servidores e muitos não permitem constatar a ocupação efetiva de seus funcionários, mesma constatação a que se chega em relação ao Poder Judiciário e às Forças Armadas. Já em relação aos dados de governos municipais, o problema não apenas se repete, como se acentua, haja vista que, de acordo com a legislação, nem todas as prefeituras e câmaras municipais são obrigadas a disponibilizar um portal de acesso e consulta às informações públicas sobre seus servidores.

Por outra parte, no que tange à iniciativa privada, constatou-se como praticamente impossível investigar os “empreendedores” da Arquivologia, dado que as bases a respeito das empresas em funcionamento no país não contam com especificações precisas sobre as atividades desempenhadas pelos negócios particulares. Sobre o emprego formal “celetista” na área, o principal obstáculo encontrado diz respeito à profusão de dados — de difícil manejo e complexa interpretação. Para que se tenha uma ideia, as primeiras capturas realizadas pela PNOA junto à RAIS levaram à coleta de 560 milhões de dados distintos — considerados apenas os registros referentes ao mês de novembro de 2016.

Diante dos cenários de opacidade e das possibilidades constatadas — e a fim de sistematizar informações sobre aquela que se acredita como sendo a parte preponderante dos trabalhadores brasileiros vinculados à Arquivologia —, a Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia decidiu analisar, ao menos em um primeiro momento, apenas os dados de servidores civis do Poder Executivo Federal e de empregados formais “celetistas”. Neste sentido, em relação aos servidores, foram reunidos dados de 23 categorias consideradas úteis para a pesquisa, levando-se em consideração dez denominações de cargos diretamente vinculados à Arquivologia [2]. Já em relação aos empregados “celetistas”, a pesquisa analisou dados relacionados a dois ofícios específicos previstos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002): “arquivista” (cód. 2613-05) e “arquivista de documentos” (cód. 4151-05).

A análise se deteve aos dados referentes ao mês de novembro de 2016, escolhido por ser aquele que, à época da coleta, apresentava a quantificação mais ampla e atualizada de registros. Para o tratamento dos dados, foram empregadas técnicas de organização e filtragem, otimizadas através do uso do software *Microsoft Excel* (versão 2013), com apoio da ferramenta *Power Query*. Ao fim do processo, parte dos dados foi cotejada com recursos disponibilizados pela plataforma *Base dos Dados* (<http://basedodos.org>), em processo descrito em detalhes no relatório final da investigação (COUGO JUNIOR *et al.*, 2021, p. 22).

### 3 RESULTADOS

Nesta seção, sistematizamos os principais resultados obtidos a partir da interpretação dos dados coletados pela Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia. As análises, cabe ressaltar, referem-se ao total da população investigada, equivalente a 26.141 trabalhadores vinculados à área no serviço público (Poder Executivo Federal, servidores civis) e na iniciativa privada (empregados formais “celetistas”). Analisaremos a população a partir destes dois grupos fundamentais.

#### 3.1 Servidores do Poder Executivo Federal vinculados à Arquivologia

Os dados coletados pela PNOA em relação aos servidores do Poder Executivo Federal identificaram que, dos 791.091 trabalhadores empregados neste setor em novembro de 2016, 973 atuavam em ocupações vinculadas à Arquivologia. 651 destes servidores (66,9% do total) eram identificados como “arquivistas”, ao passo que 253 (26%) aparecem sob a designação de “técnico em arquivo” (contrariando a própria denominação prevista em lei). De acordo com a

investigação, no período, 97,2% da população analisada atuava sob o Regime Jurídico Único do Serviço Público e 97,3% do total exercia jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Os dados elencados pela pesquisa mostram, ainda, que um órgão da administração pública federal, em especial, congrega parte preponderante dos servidores analisados: o Ministério da Educação (e seus respectivos órgãos, com destaque para as instituições federais de Ensino Superior) é assinalado nos dados tanto como o principal órgão superior de lotação, quanto como o órgão superior de exercício com maior número de servidores vinculados à Arquivologia – com 67,9% e 67,4% das ocorrências, respectivamente.

No que diz respeito aos anos de ingressos dos servidores nos cargos/funções vinculadas à Arquivologia, a pesquisa mostrou que a maior parte dos trabalhadores passou a atuar nas ocupações assinaladas entre as décadas de 2000 (463 servidores) e 2010 (495 servidores, até 2016), sendo os anos de 2005 e 2006 aqueles onde houve maior número de ingressantes – 137 e 130 trabalhadores.

Em relação à distribuição geográfica da população investigada, o dado mais surpreendente é aquele que apresenta 277 servidores (28,4% do total) como não-identificados quanto ao seu local de atuação. Rio de Janeiro (210), Distrito Federal (99) e Rio Grande do Sul (46), por sua vez, eram as unidades federativas com maior número de servidores vinculados à Arquivologia no período analisado.

Um dos dados mais eloquentes reunidos pela Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia diz respeito à remuneração média dos servidores do Poder Executivo Federal. A este respeito, a pesquisa concluiu que o salário médio da população investigada em novembro de 2016 (independentemente do cargo exercido) foi de R\$ 7.741,14 (cerca de 8,8 salários-mínimos, à época). A remuneração média dos “arquivistas” (cargo com maior número de ocorrências) no período foi de R\$ 8.846,17, enquanto a dos chamados “técnicos em arquivo” foi de R\$ 5.060,27. Como constatado no relatório final da investigação, “percebe-se que as duas categorias com maiores remunerações se encontram próximas à média das remunerações pagas aos servidores públicos do Executivo em 2016 — que, conforme o IPEA, era de R\$ 8 mil” (COUGO JUNIOR *et al.*, 2021, p. 34).

### **3.1 Emprego formal “celetista” vinculado à Arquivologia**

Diferentemente dos servidores públicos federais, que em 2016 formavam uma população relativamente pequena, os números dos empregados formais “celetistas” (trabalhadores com vínculo empregatício registrado no escopo das normas apregoadas pela

Consolidação das Leis do Trabalho) vinculados à Arquivologia é bastante significativo. Ao todo, foram identificados 8.353 trabalhadores contratados sob a designação de “arquivista” e 16.815 como “arquivista de documentos”, totalizando 25.168 empregados na área. Além da diferença no tamanho populacional, as categorias de dados disponibilizados pela RAIS são também bastante distintas daquelas disponibilizadas pelo *Portal da Transparência* do Governo Federal, uma diversidade que permite, inclusive, aferir traços socioeconômicos e um perfil formativo mais preciso da população analisada.

No que diz respeito à distribuição geográfica de “arquivistas” e “arquivistas de documentos” contratados sob regime de emprego formal, observa-se que a região Sudeste do Brasil é aquela que mais concentrava a população durante o período investigado, sendo o Estado de São Paulo a unidade federativa com o maior número de registros (2.096 “arquivistas” e 4.625 “arquivistas de documentos”). A maioria destes profissionais atuava, à época, em instituições de natureza jurídica denominadas “sociedades empresárias limitadas” (3.613 “arquivistas” e 8.575 “arquivistas de documentos”), ainda que outros setores apontados nos dados – como os órgãos públicos do Poder Executivo Municipal ou as sociedades anônimas fechadas – chamem atenção pela quantidade de registros. Em relação ao tamanho dos estabelecimentos de atuação dos profissionais – mensurado a partir do número total de seus empregados – a PNOA apontou que 23,6% dos “arquivistas” trabalhavam para instituições com mais de 1000 empregados (considerados de grande porte), enquanto apenas 16,1% dos “arquivistas de documentos” atuavam nesta mesma faixa.

Um dos dados mais significativos reunidos pela PNOA no que diz respeito aos trabalhadores “celetistas” refere-se ainda às faixas de remuneração pagas aos trabalhadores das duas ocupações investigadas. A pesquisa apurou que, em 2016, 60% dos “arquivistas” recebia entre menos de um salário-mínimo (R\$ 880,00 à época) e até quatro salários, enquanto 46,2% dos “arquivistas de documentos” recebia quantia equivalente a até dois salários-mínimos. A investigação apurou que, no mesmo período, 5.305 “arquivistas” cumpriam jornada de trabalho de 44 horas semanais, número que chega a 10.721 no caso dos “arquivistas de documentos”.

Em relação ao perfil socioeconômico da população investigada, os dados investigados mostram que 65% dos “arquivistas” tinham idade entre 18 e 39 anos, sendo 27,5% destes profissionais maiores de 30 e menores 39 anos. Em relação aos “arquivistas de documentos”, os números se mantêm similares, mas destaca-se a presença de trabalhadores entre 18 e 24 anos (31% do total). Os dados apontam que, levando-se em conta a faixa etária dos trabalhadores, a ocupação de “arquivista” parece indicar a necessidade de maior experiência,

ao passo que o ofício dos chamados “arquivistas de documentos” nos permite intuir um grau menor de exigência de tempo de serviço.

Outros dados elencados pela PNOA e que chamam a atenção são os que se referem ao grau de instrução dos trabalhadores contratados em regime “celetista”. A Tabela 1, reproduzida a seguir, reúne os graus de instrução contemplados pelos dados da RAIS em relação aos “arquivistas”:

Tabela 1. Grau de instrução dos “arquivistas”

<b>Grau de instrução</b>	<b>Vínculos</b>
<b>Ensino Médio completo</b>	4177
<b>Ensino Superior completo</b>	2543
<b>Ensino Superior incompleto</b>	669
<b>Ensino Médio incompleto</b>	449
<b>Ensino Fundamental completo</b>	272
<b>6º a 9º ano do Ensino Fundamental</b>	91
<b>Mestrado</b>	76
<b>5º ano do Ensino Fundamental</b>	39
<b>Até 5º ano do Fundamental</b>	29
<b>Doutorado</b>	8

Fonte: Cougo Junior *et al.* (2021, p. 49).

Como indicam os dados, embora a Lei Federal nº 6.546/1978 determine que são considerados arquivistas aqueles profissionais com formação superior específica na área, na prática 50% dos trabalhadores formalmente empregados sob tal denominação declararam ter apenas o Ensino Médio completo quando do registro de sua contratação. O dado é ainda mais elucidativo se considerarmos que, do total da população analisada, cerca de 70% dos trabalhadores possuíam formação inferior ao Ensino Superior completo. Sobre a complexidade destes resultados o relatório final da pesquisa salientou que:

[...] a ausência de órgãos de fiscalização tem dado guarida ao emprego de uma grande massa de trabalhadores que não estão legalmente aptos para desempenhar funções na ocupação. Salienta-se, ademais, que os empregados registrados sob o grau de Ensino Superior completo não necessariamente representam profissionais com formação universitária em Arquivologia – uma vez que não há informações a respeito de qual diploma de Ensino Superior foi considerado para os devidos registros. (COUGO JUNIOR *et al.*, 2021, p. 50).

Em relação aos “arquivistas de documentos”, a Tabela 2 reúne o grau de instrução compilado a partir dos dados analisados:



Tabela 2. Grau de instrução dos “arquivistas de documentos”

<b>Grau de instrução</b>	<b>Vínculos</b>
<b>Ensino Médio completo</b>	10108
<b>Ensino Superior completo</b>	2072
<b>Ensino Médio incompleto</b>	1508
<b>Ensino Superior incompleto</b>	1502
<b>Ensino Fundamental completo</b>	1006
<b>6º a 9º ano do Ensino Fundamental</b>	350
<b>5º ano do Ensino Fundamental</b>	115
<b>Até 5º ano Ensino Fundamental</b>	113
<b>Mestrado</b>	39
<b>Doutorado</b>	2

Fonte: Cougo Junior *et al.* (2021, p. 50).

Como é possível interpretar, nesta ocupação mais de 60% de seus profissionais são registrados com grau de instrução igual ou menor a Ensino Médio completo. Por este dado — e considerando as descrições de cargo reunidas pela Classificação Brasileira de Ocupações — podemos considerar que a ocupação de “arquivista de documentos” é mais diretamente vinculada a operações de caráter técnico do que a ocupação de “arquivista”, analisada anteriormente.

Através dos dados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais, a PNOA também conseguiu mapear o sexo biológico dos trabalhadores “celetistas” vinculados à Arquivologia. Cabe ressaltar que a denominação “sexo biológico” é utilizada pelo próprio PDET. Em relação aos “arquivistas”, do total da população investigada, 4.566 (54,7%) foram apontados como vínculos relacionados ao sexo biológico feminino, enquanto 3.787 (45,3%) aparecem sob registro do sexo masculino. Na mesma análise, os “arquivistas de documentos” dividem-se entre 8.992 (53,5%) vínculos do sexo biológico feminino e 7.823 (46,5%) do sexo masculino. Os dados apontam para um relativo equilíbrio entre os grupos – com sutil predominância do sexo feminino.

A respeito da categoria raça/cor, também estabelecida pelo PDET, a Tabela 3 reúne os dados relacionados à população de “arquivistas”:

Tabela 3. Raça/cor dos “arquivistas”

<b>Raça/cor</b>	<b>Vínculos</b>
<b>Branca</b>	3336
<b>Parda</b>	2394
<b>Ignorado</b>	1598
<b>Não identificado</b>	643
<b>Preta</b>	322
<b>Amarela</b>	44

**Indígena**

16

Fonte: Cougo Junior *et al.* (2021, p. 52).

Como mostram os dados, há ampla margem de trabalhadores autodeclarados brancos (39,9%) ou pardos (28,7%), além de um número significativo reunido sob a classificação “ignorado” (19,1%). Sobre estes dados, surpreende a baixa incidência de trabalhadores da raça/cor preta, que é de apenas 3,9% do total, número que chega a 9,4% da população total do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sobre a mesma categoria, a Tabela 4 mostra os dados compilados pela PNOA em relação aos “arquivistas de documentos”:

Tabela 4. Raça/cor dos “arquivistas de documentos”

<b>Raça/cor</b>	<b>Vínculos</b>
<b>Branca</b>	6558
<b>Parda</b>	5720
<b>Ignorada</b>	2271
<b>Não identificada</b>	1363
<b>Preta</b>	807
<b>Amarela</b>	80
<b>Indígena</b>	16

Fonte: Cougo Junior *et al.* (2021, p. 53).

Mais uma vez, as denominações de raça/cor branca (39%) e parda (34%) predominam sobre o total. Não há, neste sentido, variações significativas nos percentuais observados nas duas ocupações analisadas.

Em relação aos dados que analisam a presença de trabalhadores portadores de deficiência (denominação atribuída pela RAIS), entre os “arquivistas”, apenas 2,8% do total (230 empregados) integram este grupo, número que sobe para 4,4% (472) quando analisamos os registros de “arquivistas de documentos”. É importante salientar que, conforme apontado no relatório final da pesquisa, “apesar da desproporcionalidade dos vínculos [...] observa-se que ambas as ocupações vinculadas à Arquivologia apresentam números significativamente superiores à média nacional de empregabilidade de portadores de deficiência” (COUGO JUNIOR *et al.*, 2021, p. 55). Sobre os tipos de deficiência elencados nos dados, predominam as chamadas deficiências “físicas” (1,7% dos “arquivistas” e 2% dos “arquivistas de documentos”) e auditivas (0,7% e 0,9%, respectivamente).

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo de 32 meses de trabalho — prazo que se estendeu, sobretudo em virtude dos

empecilhos provocados pela pandemia de Covid-19 — a equipe responsável pela Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia deparou-se com inúmeros desafios e obstáculos importantes, mas também com dados e potencialidades muito significativas. Se é verdade que os objetivos originais do projeto — realizar um levantamento geral sobre a ocupação vinculada à Arquivologia no Brasil — não puderam ser plenamente cumpridos, também é fato que os resultados obtidos podem ser considerados como o panorama mais completo já obtido sobre a empregabilidade da área no país. A análise sobre dados de mais de 26,1 mil trabalhadores mostra que, embora pequeno do ponto de vista da população total de empregados no Brasil, o número de pessoas ocupadas em Arquivologia é muito superior a todos os levantamentos anteriores.

Mesmo considerando os entraves para a obtenção de dados confiáveis sobre parte significativa da empregabilidade vinculada à Arquivologia no Brasil — sobretudo no âmbito público —, os dados analisados pela PNOA nos permitem traçar um panorama fundamental sobre ao menos dois grupos importantes no ainda desconhecido cômputo geral. O primeiro grupo é o dos 973 servidores públicos federais que exercem funções nominalmente ligadas à Arquivologia através de dez denominações diferentes de cargos — e onde predominam os arquivistas e os “técnicos em arquivo”. A partir da PNOA, sabemos que, em 2016, 70% desta população atuava em órgãos do Ministério da Educação; que 92,6% do total mantinha vínculo ativo no Serviço Público Federal, sobretudo através do chamado Regime Jurídico Único; que estes servidores registravam jornada de trabalho de 40 horas semanais, predominantemente; e que a maior parte deles ingressou na ocupação vinculada entre os anos de 2000 e 2016. Dado relevante: a pesquisa também descobriu que a as unidades federativas da região Sudeste do país reúnem a maior parte destes servidores, sendo o Estado do Rio de Janeiro aquele que conta com o número mais significativo de profissionais (200 servidores).

O segundo grupo analisado refere-se aos empregados formais “celetistas”, que em 2016 totalizavam 25.168 profissionais, 8.353 designados como “arquivistas” e 16.825 como “arquivistas de documentos” — nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações. A respeito desta população — cujas categorias são mais complexas e completas — foi possível estabelecer um perfil generalista sobre as ocupações investigadas: levando-se em conta os dados elencados, pode-se afirmar que a maioria dos chamados “arquivistas” se autodeclara como sendo do sexo biológico feminino, sem deficiência, com idade média entre 30 e 39 anos, Ensino Médio completo, atuante em jornada semanal de trabalho de 44 horas, em empresa privada de grande porte, sediada na região Sudeste. Um perfil que se repete, com sutis nuances, quando analisamos os dados dos denominados “arquivistas de documentos” —

que se diferenciam, sobretudo, por pertencerem à faixa etária entre 18 e 24 anos, em sua maioria.

Ainda que a maior parte dos dados não permita estabelecer uma comparação confiável entre os dois grupos analisados, ao menos um indicador pode ser analisado desta forma. As remunerações médias dos trabalhadores vinculados ao serviço público são, de acordo com os registros, significativamente superiores àquelas auferidas aos empregados formais “celetistas”. Em 2016, enquanto um arquivista do Serviço Público Federal recebia em média R\$ 8.846,17 mensais, parte preponderante dos “arquivistas” contratados sob regime “celetista” recebia o equivalente a dois salários-mínimos, ou seja, R\$ 1.760,00, de acordo com os valores da data.

Diante de tais reflexões, constatamos que a Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia congrega informações importantes e necessárias, tanto para uma maior compreensão a respeito da empregabilidade da área no Brasil, como para o necessário debate sobre o estabelecimento de políticas públicas arquivísticas — que, em quaisquer circunstâncias, prescindem de mão de obra qualificada. Ante os resultados obtidos, salientamos a necessidade de aprofundamento das informações elencadas, não apenas através de seu confronto com dados congêneres, mas também a partir da necessária atualização dos mesmos e da busca pelo preenchimento das lacunas ainda em descoberto.

Neste sentido, a retomada da Pesquisa Nacional sobre a Ocupação em Arquivologia a partir de 2022 projeta-se como um movimento necessário. A partir de reflexões prévias, originadas no recém-instituído Honório — Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Arquivísticas, buscar-se-á retomar a metodologia empregada na obtenção e tratamento dos dados sobre a empregabilidade no Brasil, realizando, a partir deles, não apenas uma atualização dos resultados resumidos no presente trabalho, mas também o aprofundamento de suas variáveis. A elaboração de uma série histórica sobre o emprego em Arquivologia no setor privado (“celetista”) e o estabelecimento de novas técnicas para a prospecção de dados nas zonas descobertas da primeira versão do projeto são, neste sentido, passos previstos em nossas perspectivas imediatas de futuro. Um caminho importante para que os arquivistas e técnicos de arquivos brasileiros possam conhecer mais e melhor seu próprio universo laboral.

## Notas

[1] Participaram do projeto, além do coordenador, os seguintes discentes do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria: Antonio Henrique Santos de Brito, Glenio Vincenzo Baumhardt Varaschini, Helvio Spode da Silva, Katia Teresinha Paloschi, Leticia de Freitas Gaiardo e Thais Becker Ventura.

[2] São eles: Analista ADM – Arquivista, Arquivista, Arquivista de tapes, Arquivista Documentação Técnica, Arquivologia, ATA – Técnico de Arquivo, PROIND – Arquivista técnico, Técnico de Arquivo, Técnico em Arquivo, TNS – Arquivista.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 5.613**, de 25 de outubro de 2001. Cria os Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

COUGO JUNIOR, F. A. *et al.* **Pesquisa nacional sobre a ocupação em arquivologia** (Ano de referência: 2016). Santa Maria: 2021. Relatórios Técnicos do Departamento de Arquivologia, v. 2., n. 1. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/darq-arqsoc-05-2021-ans>. Acesso em 01 fev. 2022.

MELO, K. I. Mercado de trabalho para Arquivista no Distrito Federal. In: **I Congresso Nacional de Arquivologia**, 2004, Brasília, DF.

RIDOLPHI, W. R. **A profissionalização do arquivista no Estado do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

RIDOLPHI, W. R.; GAK, L. C. A profissionalização do arquivista e o panorama brasileiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 13, 2017.

SOBRAL, N. V.; LESSA P. R. M. da S. Conselho Profissional de Arquivologia: percepção dos arquivistas sobre a sua criação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 2, p. 157-177, mar. 2020.